



Seus Produtos Foram Produzidos Legalmente ?

Excertos do relatório: *Sustainable Procurement of Wood and Paper-based Products* (Aquisição Sustentável de Produtos de Madeira e Papel: Orientações e Kit de Recursos) (www.SustainableForestProds.org)

Não há nenhuma definição universalmente aceita de extração e comércio ilegais de madeira. A rigor, um ilícito é qualquer violação das leis de um país. Geralmente se reconhece que legalidade não é sinônimo de Gestão Florestal Sustentável, e que o que é sustentável pode nem sempre ser legal (World Bank, 2006; Contreras-Hermosilla et al., 2007). A Caixa 1 apresenta alguns exemplos de atividades de silvicultura consideradas ilegais.

A extração ilegal de madeira é um problema fundamental em países vitimados por corrupção e governança frágil. O comércio internacional é uma das poucas fontes de influência suficientes para criar a vontade política para realizar mudanças positivas. Diversos processos internacionais¹ assumiram essa questão, e como resultado disso esforços nacionais começaram a surgir. Durante os últimos cinco a dez anos, a extração e o comércio ilegal de madeira subiram ao topo da agenda internacional da silvicultura.

A extração ilegal de madeira e produtos de papel abrange um conjunto de questões jurídicas, políticas, sociais e econômicas. Pobreza, baixo nível educacional, questões financeiras, crescimento populacional e governança fraca são fatores que impulsionam as atividades ilegais. A atividade ilegal tem muitos fatores que a tornam um desafio. Muitas vezes, esses fatores estão associados a uma variedade de aspectos, desde os ganhos econômicos de curto prazo até os atores locais e nacionais, inclusive comunidades e governos:

- Governos locais (e às vezes nacionais) podem auferir receitas mais elevadas como resultado da conversão ilegal de terras e do aumento da produção de madeira.
- Uma vez que a madeira extraída ilegalmente pode ser vendida a preços inferiores, ela reduz a lucratividade da madeira extraída legalmente, aumentando a competitividade das indústrias que usam madeira ilegal.
- Muitas pessoas podem obter renda a partir de atividades florestais ilegais.

A extração e o comércio ilegal de madeira podem criar sérios problemas:

- **Perda de receita do governo** – o Banco Mundial estima que os governos percam receitas equivalentes a cerca de US\$ 5 bilhões por ano (World Bank, 2002).
- **Concorrência desleal** – distorções de mercado e redução da lucratividade de bens legais; o Banco Mundial estima esses custos em mais de US\$ 10 bilhões por ano (World Bank, 2002).
- **Aumento da pobreza** – ocorre indiretamente quando os governos perdem receitas.
- **Apoio e financiamento de conflitos nacionais e regionais.**
- **Gestão florestal não-planejada, não-controlada e não-sustentável.**
- **Destruição** – áreas importantes para a conservação biológica, os serviços dos ecossistemas e a subsistência local.
- **Danos à reputação** – para as indústrias e os produtos de madeira.
- **Efeitos climáticos** através de emissões não-planejadas de gases de efeito estufa.

Estima-se que entre 8 e 10% da produção global de madeira seja produzida ilegalmente, embora se reconheça a grande incerteza dessa estimativa; a maior parte da madeira produzida ilegalmente é usada no âmbito nacional, embora parte significativa penetre no comércio internacional tanto como produto final quanto como matéria-prima (Seneca Creek & WRI Ltd, 2004). As estimativas do volume da extração ilegal de madeira em regiões e países específicos variam dependendo da natureza da atividade e da variabilidade das leis e dos regulamentos (Figura 1).

Fontes: Contreras-Hermosilla, A. R. Doornbosch and M. Lodge, 2007. *The Economics of Illegal Logging and Associated Trade*, OECD; Seneca Creek & WRI Ltd. 2004, "Illegal logging" and Global Wood Markets: The Competitive Impacts on the US Wood Products Industry; World Bank, 2002. *Sustaining Forests: A World Bank Strategy*; World Bank, 2006. *Strengthening Forest Law Enforcement and Governance*. World Bank.

¹ Entre as importantes iniciativas internacionais estão o Programa de Ação Florestal (*Forestry Action Programme*) do G8, acordado pelos ministros de relações exteriores do G8 em 1998, e a Declaração de Gleneagles em 2005. A União Europeia adotou em 2003 um Plano de Ação para a Aplicação de Leis Florestais, Governança e Comércio (*Forest Law Enforcement, Governance and Trade* – EU FLEGT). Também em 2003, processos regionais intergovernamentais de Aplicação de Leis Florestais e Governança (*Forest Law Enforcement and Governance* – FLEG) foram estabelecidos no Sudeste Asiático, na África Central, na Europa e no Norte da Ásia, cada qual com base em uma Declaração Ministerial. Em 2008, o Congresso dos Estados Unidos emendou o *Lacey Act* para proibir o comércio de produtos florestais que incluem madeira ilegalmente extraída.

Caixa 1. Exemplos de Atividades Florestais Ilegais

As atividades ilegais podem ser geralmente classificadas em duas categorias amplas: origem ilegal (posse, propriedade ou origem) e não-cumprimento na extração, no processamento e no comércio. Veja a seguir exemplos de atividades que foram identificadas ou incluídas em algumas definições de extração ilegal de madeira.

Origem ilegal (posse, propriedade ou origem)

- Extração de madeira em áreas protegidas sem licença adequada (por exemplo, em parques nacionais). Isso pode incluir casos em que autoridades alocam direitos de extração sem compensar adequadamente as populações locais.
- Extração de espécies protegidas.
- Extração em áreas proibidas, tais como encostas íngremes, margens de rios e represas.
- Extração de volumes de madeira abaixo ou acima dos limites da licença de concessão, bem como antes ou depois do período de extração estabelecido pela licença.
- Extração de madeira de tamanhos ou espécies não abrangidos pela licença de concessão.
- Invasão de propriedade ou furto, isto é, extração de madeira de florestas sem ter o direito de fazê-lo.
- Violações, subornos e fraudes no processo de licitação para obter o direito a uma concessão florestal.
- Documentação ilegal (inclusive documentos relativos ao comércio).

Não-cumprimento ao longo da cadeia de fornecimento (extração, produção e comércio):

- Violações de direitos trabalhistas (por exemplo, salários abaixo do mínimo), leis do trabalho e normas internacionais; violação de direitos tradicionais de populações locais e grupos indígenas.
- Violações de tratados internacionais de direitos humanos.
- Madeira transportada ou processada contrariamente às leis locais e nacionais.
- Violações de acordos internacionais sobre comércio (por exemplo, espécies da CITES – Caixa 2 abaixo).
- Não-pagamento de impostos, taxas e royalties.
- Transferências ilegais de custos (por exemplo, para evitar o pagamento de tarifas e tributos), furto de madeira, contrabando.
- Lavagem de dinheiro.
- Falha em relatar de forma completa os volumes extraídos, ou relatório de espécies diferentes, para fins de evasão fiscal.

Diferentes definições de extração ilegal podem levar a diferentes estimativas, as quais tornam mais difícil solucionar o problema. Definir extração ilegal não é apenas uma questão técnica, mas uma questão com implicações políticas de alcance potencialmente amplo.

Fontes: Contreras-Hermosilla, A. R. Doornbosch and M. Lodge. 2007. *The Economics of Illegal Logging and Associated Trade*. OECD. GFTN. 2005. *Building a Better Business through Responsible Purchasing: Developing and Implementing a Wood and Paper Purchasing Policy*. GFTN-North America.; Rosenbaum, K.L. 2004. *Illegal Acts in Forestry Definition Process: Clarifying the Definition of Illegal Logging*. FAO.; Miller, F., R. Taylor and G. White. 2006. *Keep it Legal*. GFTN.

Caixa 2. A Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção (CITES)

A Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção (CITES) foi criada para limitar e regular o comércio de espécies ameaçadas.

A CITES é um acordo internacional com força de lei para assegurar que o comércio internacional de certos animais e plantas (inclusive madeira de certas espécies de árvores) não ameace a sua sobrevivência.

A CITES estabelece limitações sobre o comércio internacional de espécies selecionadas. Toda importação, exportação e introdução das espécies cobertas pela convenção deve ser autorizada através de um sistema de licenciamento estabelecido pelos países signatários. Cada país designa uma ou mais Autoridades Administrativas para reger o sistema de licenciamento, aconselhadas por uma ou mais Autoridades Científicas.

Com base no grau de proteção necessário, as espécies abrangidas pela CITES são listadas em três apêndices:

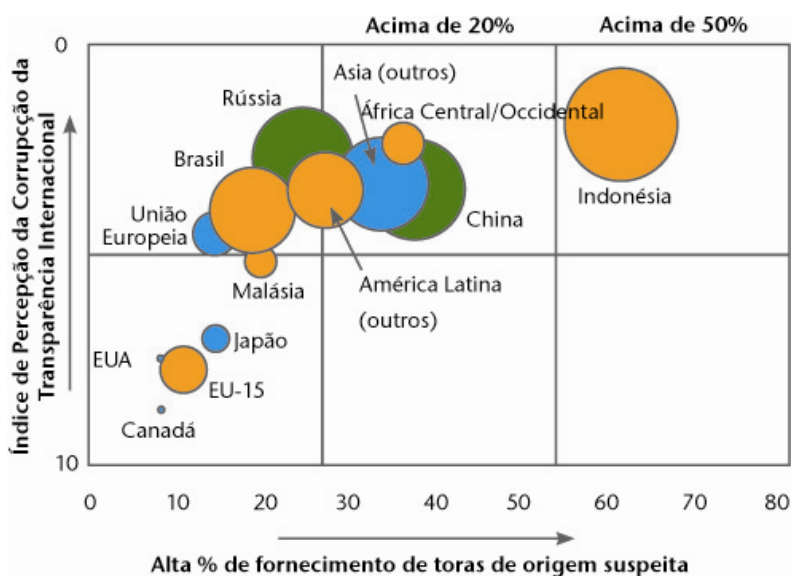
- Apêndice I – espécies ameaçadas de extinção; o comércio é permitido, mas em circunstâncias muito restritas.
- Apêndice II – o comércio dessas espécies é controlado e regulado para assegurar sua sobrevivência.
- Apêndice III – espécies sujeitas a gestão especial dentro de um país.

O Mainá de Bali é um dos pássaros mais criticamente ameaçados do mundo. Nativo da ilha de Bali, na Indonésia, existem menos de vinte espécimes de Mainá fora de cativeiro.



Fontes: *website da CITES*; *Tree Conservation Information Service* (Serviço de Informação sobre Conservação de Árvores) do UNEP/WCMC (Centro Mundial de Monitoramento de Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Figure 1. Corrupção e Atividade de Extração Ilegal de madeira (2004)



Em um estudo aprofundado e amplamente aceito acerca de vários países, *Seneca Creek Associates* e *Wood Resources International* compararam a corrupção com a atividade de extração ilegal de madeira. No gráfico, o eixo y apresenta o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional; a corrupção tende a ser mais elevada (isto é, IPC menor) em países com rendas per capita mais baixas. O eixo x apresenta a proporção do fornecimento total de toras suspeitas, enquanto o tamanho das bolhas indica o volume absoluto de toras ilegais que alcançam o mercado em um país ou em uma região, inclusive toras importadas.

UE-15 refere-se aos 15 países da União Europeia antes de maio de 2004: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia. Países da UE incluem os países da UE-15 mais Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Romênia e República Tcheca.

Source: Seneca Creek & Wood Resources International. 2004. "Illegal logging" and Global Wood Markets: The Competitive Impacts on the US Wood Products Industry. Preparado para AF&PA

Recursos

Certification Matrix (Matriz de Certificação, www.cepi.org)

Compara os requisitos de cumprimento das leis dos sistemas de certificação.

Central Point of Expertise on Timber Procurement (Ponto Central de Perícia quanto à Aquisição de Madeira, www.proforest.net)

Fornecer aconselhamento e orientação para o cumprimento dos requisitos de compras do governo central do Reino Unido quanto à legalidade de produtos de madeira. Aceita certificados da *Canadian Standards Association* (Associação Canadense de Normas), do *Forest Stewardship Council* (Conselho de Administração de Florestas), do *Malaysian Timber Certification Council* (Conselho de Certificação de Madeira da Malásia), do *Programme for the Endorsement of Forest Certification Systems* (Programa de Apoio aos Sistemas de Certificação Florestal), e da *Sustainable Forestry Initiative* (Iniciativa Silvicultura Sustentável) como indício de legalidade.

Environmental Paper Network (Red Ambiental do Papel, www.environmentalpaper.org)

Avalia o cumprimento de convenções internacionais de trabalho, direitos humanos e saúde por parte das fábricas de papel.

Environmental Paper Assessment Tool (Ferramenta de Análise do Papel, www.epat.org)

Avalia o cumprimento de convenções internacionais de trabalho, direitos humanos e saúde por parte das fábricas de papel.

Forest Certification Assessment Guide (Guia de Análise da Certificação Florestal, www.forest-alliance.org)

Inclui critérios e requisitos para avaliar o cumprimento de leis nacionais e internacionais, tratados e acordos.

A Buyer's Guide to Canada's Sustainable Forest Products (Guia do Comprador de Produtos Florestais Sustentáveis do Canadá, www.fpac.ca)

Assegura o leitor quanto à ausência de problemas sistêmicos quanto à extração ilegal de madeira no Canadá.

Global Forest and Trade Network (Rede Mundial Floresta e Comércio, www.gftn.panda.org)

Fornecer conselhos para manter madeiras extraídas ilegalmente fora da cadeia de fornecimento. Os conselhos incluem o fornecimento de definições de madeira legal, o tratamento de leis ruins ou injustas, exemplos de políticas de aquisição, a lista de espécies da CITES e listas de documentação legal para diversos países.

Good Wood. Good Business guide (Guia Madeira Boa, Bom Negócio, www.tropicalforesttrust.com)

Fornecer definições gerais de madeira legal e ilegal, bem como orientações para excluir a madeira ilegal da cadeia de fornecimento.

Green Purchasing Network (Rede das Aquisições Verdes, www.gpn.jp)

Promove o uso de matérias-primas que foram produzidas de acordo com as leis e as regras das regiões das quais foram extraídas.

Responsible Procurement Guide (Guia de Aquisições Responsáveis -Greenpeace, www.greenpeace.org/china/en/)

Promove a extração de madeira de fontes legais e verificadas. Reconhece e promove os requisitos de legalidade do *Forest Stewardship Council*.

Recursos (continuação)

New Zealand Government Paper Buyers Guidance (Guia dos Compradores de Papel do Governo da Nova Zelândia www.mfe.govt.nz)

Timber Trade Action Plan (Plano de Ação do Comércio de Madeira www.tropicalforesttrust.com/ttap.php)

Tropical Forest Trust (Fundo Floresta Tropical, www.tropicalforesttrust.org)

WWF Guide to Buying Paper (Guia da WWF sobre Aquisições de Papel, www.panda.org/paper/toolbox)

WWF Paper Scorecard (Ferramenta de Pontuação do Papel da WWF www.panda.org/paper/toolbox)

WWF Tissue Scoring (Ferramenta de Pontuação do Papel da WWF www.wwfno.panda.org)

Verification methodology provides five options to verify compliance with legality requirements. Options include combinations of forest certification systems, ecolabels, chain-of-custody certificates and self declarations.

Compila listas de verificação através das quais se podem analisar falhas na legalidade de cadeias de fornecimento identificadas em países produtores na África, na América Latina e na Ásia. Também fornece orientações técnicas às empresas para que solucionem essas falhas e obtenham verificação de legalidade por terceiros. As listas de verificação de legalidade são desenvolvidas com base em requisitos internacionais de legalidade e em padrões nacionais de legalidade, quando disponíveis.

Avalia o cumprimento das operações com requisitos básicos de legalidade através de pesquisa de campo. Estabelece e monitora sistemas de gestão de fornecimento em operações florestais, e fornece orientações quanto a padrões específicos de legalidade.

Promove que se evitem as fontes ilegais e outras fontes inaceitáveis. Promove a certificação florestal como um meio de evitar que se obtenham matérias-primas obtidas através de práticas ilegais.

Avalia a porcentagem de fibras que são certificadas para evitar a inclusão potencial de fibras provenientes de fontes indesejadas.

Avalia a porcentagem de fibras que são certificadas para evitar a inclusão potencial de fibras provenientes de fontes indesejadas.

Onde Obter Mais Ajuda

- *CITES Identification Guide of Tropical Woods* -(Guia de Identificação de Madeiras Tropicais da CITES, www.cws-scf.ec.gc.ca/enforce/pdf/Wood/CITES_Wood_Guide.pdf. (Environment Canada and USDA-Forest Service).
- *Website Extração Ilegal de Madeira* – www.illegal-logging.info (Illegal Institute of International Affairs at Chatham House) (em Inglês).
- Miller, R., R. Taylor and G. White. 2006. Keep it Legal. WWF's Global Forest and trade Network. (assets.panda.org/downloads/keep_it_legal.pdf).
- *Resources: Lacey Act and Illegal Wood Trade* (Recursos: O Lacey Act e o comércio ilegal de madeira) –www.eia-global.org/forests_for_the_world/Lacey_Resources.html (Environmental Investigation Agency).
- *SmartWood*—www.rainforest-alliance.org (Rainforest Alliance – Aliança da Floresta Tropical).
- The Forest Dialogue (O Diálogo Florestal, www.theforestdialogue.org).
- The VERIFOR (Projeto VERIFOR) Project - www.verifor.org.
- TROPIC. Technological characteristics of tropical tree species (Características tecnológicas de espécies de árvores tropicais, www.tropix.cirad.fr/index_gb.htm) (CIRAD).
- Tree Conservation Information Service (Serviço de Informação sobre Conservação de Árvores, www.unep-wcmc.org/trees/trade/cites.htm) (WCMC/UNEP).

Para mais detalhes sobre legalidade e outras questões importantes sobre aquisições sustentáveis, por favor:

www.SustainableForestProds.org

Para fazer o *download* de uma cópia do relatório Aquisição Sustentável de Produtos de Madeira e Papel: Orientações e Kit de Recursos (em Inglês)

Para mais informações, por favor, entre em contato com: Ruth Noguerón (Ruth.Nogueron@wri.org)



World Business Council for Sustainable Development

Chemin de Conches 4, 1231 Conches-Geneva, Switzerland
Tel: +41 (0) 22 839 3100
E-mail: info@wbcsd.org
Web: www.wbcsd.org



World Resources Institute

10 G Street, NE (Suite 800), Washington DC 20002, United States
Tel: +1 202 729 7600
E-mail: info@wri.org
Web: www.wri.org



Este documento serve apenas para fins informativos. Este documento não constitui aconselhamento jurídico. As opiniões aqui expressas não necessariamente representam as decisões da política do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development – Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), dos membros do WBCSD, ou do WRI (World Resources Institute). A citação de nomes ou processos comerciais não implica seu endosso.